

PROVA PARANÁ FLUÊNCIA 2019: REFLEXÕES SOBRE O USO DOS RESULTADOS

Gisele Aparecida Dossena¹, Adrian Alvarez Estrada²

¹Mestranda na Área de Concentração: Sociedade, Estado e Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus Cascavel/PR- giseledair@gmail.com

²Orientador, Doutor, Programa de Pós-Graduação em Educação Nível Mestrado e Doutorado/PPGE- adrianalvarez.estrada@gmail.com

RESUMO

A partir do ano 2000 com a publicação do relatório referente ao *National Reading Panel*, a leitura fluente passou a ser uma habilidade que tem tomado papel de destaque entre as avaliações externas em larga escala. Neste viés, a presente pesquisa tem como objeto de análise a Prova Paraná Fluência aplicada aos alunos matriculados no segundo ano do Ensino Fundamental e como objetivo principal a reflexão sobre a utilização dos resultados obtidos a partir da Prova Paraná Fluência. A avaliação de fluência é o mais novo instrumento avaliativo voltado aos alunos em processo de alfabetização, o qual foi aplicado em 2019 em alguns estados brasileiros, dentre eles o estado do Paraná. Como referencial teórico adotou-se alguns estudos de aspectos fundamentais sobre avaliações externas, avaliação de leitura fluente e processo de aprendizagem e desenvolvimento da leitura fluente com compreensão. A metodologia utilizada para coleta de informações pautou-se em pesquisa bibliográfica considerando fontes primárias: documentos oficiais e coleta de dados do órgão oficial e fontes secundárias: levantamento de teses, dissertações e artigos científicos que tratam do objeto de pesquisa. Como resultado, espera-se fornecer apontamentos sobre o uso dos resultados da avaliação de fluência com vistas a redimensionar as estratégias de ensino na busca pela melhoria da educação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação externa; Ensino; Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil as avaliações educacionais ganharam força a partir dos anos de 1990, como parte de um conjunto de medidas e estratégias adotadas, frente à intenção de se realizar uma reforma organizacional do Estado, em decorrência às crises econômicas que ocorreram a partir da década de 20 até a década de 80.

Diante deste contexto, o Ministério da Educação cria em 1990, o Sistema Nacional de Avaliação Básica (SAEB) como resposta às demandas impostas pelo Banco Mundial (BM), conforme afirma Bonamigo; Franco (1999).

A criação do SAEB teve como amparo legal a Constituição Federal (CF) de 1988, que dispõe em seu artigo 206 os princípios básicos norteadores do processo e organização do ensino.

Diante do item VII, garantia de padrão de qualidade, surge a necessidade de elaborar algum método voltado à mensuração da qualidade do ensino brasileiro, o qual se deu a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96, em que determina como dever das esferas federal, estadual e municipal, a obrigatoriedade de efetivação do processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior.

No entanto, a implantação de um sistema nacional de avaliação não surge, tão somente, a partir de necessidades específicas do Brasil. Eventos mundiais, financiados por organismos internacionais, levantaram o debate sobre o diagnóstico de problemas educacionais, como a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e o Relatório Delors (1996), os quais foram extremamente relevantes para a consolidação do SAEB.

A partir desta consolidação as avaliações são basicamente voltadas, tanto a nível nacional quanto a nível internacional, à mensuração de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática. Após uma análise sobre os resultados divulgados, a habilidade

leitora tornou-se destaque, fato que podemos observar a partir da PISA 2018, contudo, a leitura fluente já havia se destacado em 2000 após a publicação do *National Reading Panel* (NRP), em que apresentou habilidades importantes a serem desenvolvidas no processo de alfabetização, dentre uma delas, a leitura fluente. Foi a partir deste documento que alguns pesquisadores despertaram o interesse pela referida habilidade e por considerarem que a leitura fluente tem relação direta com a compreensão leitora, a qual é um item a ser avaliado no desempenho escolar dos alunos, no que tange às avaliações em larga escala.

Dada tamanha importância em desenvolver a habilidade da leitura fluente no processo de formação do leitor proficiente, o Brasil inseriu este item em suas avaliações em larga escala. Diante disto, buscou-se, por meio desta pesquisa compreender se é possível avaliar a leitura fluente em larga escala, bem como refletir sobre a utilização destes resultados de forma a tornar o leitor proficiente colaborando com a busca pela melhoria da qualidade na educação.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Ao realizar uma pesquisa o primeiro passo a ser dado é com relação à escolha do método, sendo este o elemento norteador dos procedimentos desenvolvidos no trabalho. É por meio do método que as abordagens, a coleta de dados e as técnicas são direcionadas, ou seja, é a base que fundamenta e guia todo o percurso da pesquisa.

Diante deste contexto, esta pesquisa define-se por ser qualitativa, visto que considera toda a trajetória da problemática, utilizando-se de análises e percepções para apresentar o resultado. A metodologia pauta-se na análise de conteúdo de Bardin, em que a autora define:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.” (BARDIN, 1977)

Considerando as três etapas indicadas para análise de conteúdo, realizou-se primeiramente a leitura fluente acerca de artigos, dissertações e teses com temáticas voltadas às avaliações externas e em larga escala e leitura fluente. Realizou-se também a seleção de documentos oficiais (leis, portarias e decretos) e coleta de dados de órgãos oficiais como fontes primárias deste estudo.

Por conseguinte, explorou-se o material selecionado com vistas a codificá-lo por meio do recorte da unidade de interesse e categorizá-lo utilizando os critérios: semântico, sintático, léxico e expressivo.

Na última etapa realiza-se a inferência na interpretação dos resultados apresentados. Conforme Bardin (1977), a inferência deverá “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa contou com a análise de documentos oficiais disponibilizados por órgãos oficiais, dentre eles o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação do estado Paraná, bem como o estudo de artigos, teses e dissertações relacionados ao objeto deste estudo.

A partir da análise referente ao instrumento avaliativo e testes utilizados para avaliar a leitura fluente dos alunos matriculados no segundo ano do ensino fundamental do estado

do Paraná, constatou-se que o mesmo tem a capacidade de avaliar a habilidade leitora fluente em larga escala, apresentando e definindo o perfil de leitor.

Considerando os resultados obtidos a partir desta avaliação, espera-se realizar apontamentos de possíveis ações e estratégias que podem ser redimensionadas por técnicos das secretarias municipais de educação, gestores escolares e docentes, com vistas a conduzir os alunos a se apropriar da habilidade leitora com fluência, a qual possibilitará a compreensão e interpretação leitora, tornando assim um leitor proficiente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a partir do aplicativo desenvolvido para captar os áudios da leitura dos alunos, observando e considerando a seleção dos critérios a serem avaliados, é possível avaliar a leitura externamente e em larga escala.

Com a análise dos áudios foi possível definir em qual perfil de leitor cada aluno se encaixa, possibilitando a partir disto, elaborar ações e estratégias com vista a superar as dificuldades apresentadas, tornando-se assim, um leitor fluente. Tais estratégias são possibilitadoras na busca da melhoria da qualidade educacional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal: edição 70, 1977.

BONAMINO, A; FRANCO, C. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, n. 108, p. 101-132, nov. 1999.

UNICEF. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MEC; UNESCO. **Educação – Um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 2006.

RELATÓRIO BRASIL NO PISA 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio_PISA_2018_preliminar.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.